

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

RITA ALICE DOS SANTOS, BRASILEIRA,
SOLTEIRA, AUTÔNOMA PORTADORA DO CPF Nº
118.143.564-10 E RG Nº 29.787.170-9-SSP/PB,
RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA ANTONIO
WILSON GOMES DA SILVA S/N - BL. 17, APT. 203 -
PARATIBE - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.065-150

OUTORGADO: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB, sob o nº 5.539, com endereço na Av. Dom Pedro I, nº 178, Sala-101- centro, João Pessoa-PB. Fone: 98845-6400, onde recebe intimações.

"PODERES: Ficam conferidos ao (s) outorgado (s) os poderes da cláusula "AD JUDICIA" e "EXTRA JUDICIA", com poderes especiais para praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do signatário apresentando requerimentos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, funcionando em ação Cível, Trabalhista, Previdenciária, Varas de Família, Juizados Especiais Estadual e Federal, Criminal, Queixa-Crime, ação de cobrança de DPVAT, onde o outorgante for autor ou réu, podendo peticionar em qualquer Instância ou Tribunal, conferindo, ainda, os poderes constante no artigo 105 do CPC em vigor, podendo, inclusive, acordar, confessar, transigir, desistir, dar e receber quitação, concordar e discordar de cálculos, com poderes específicos e especiais para receber Precatório ou RPV, junto a Justiça Federal e do Trabalho, levantar precatórios ou alvarás depositados em qualquer estabelecimento bancário, especialmente perante a Caixa Econômica Federal – C.E.F. e Banco do Brasil S/A, substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de poderes.

DO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Desse serviço à parte Outorgante pagará ao Outorgado a título de honorários advocatícios o percentual de 20% (vinte por cento), sobre o montante bruto que este receber sobre o valor da ação.

João Pessoa-PB, 30 de quatro de 2019.

Rita Alice dos Santos

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

KARINA DOS SANTOS SILVA, BRASILEIRA,
SOLTEIRA, AUTÔNOMA, PORTADORA DO CPF
Nº 099.065.144-75 e IDENTIDADE RE Nº
3.809.779 - SSP/PB, RESIDENTE E DOMICILIADA
NA RUA ANTONIO WERNUKOWSKI S/N - BLOCO 17 -
APTº 203 - PARATIBE - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 53.065-150

OUTORGADO: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB, sob o nº 5.539, com endereço na Av. Dom Pedro I, nº 178, Sala-101- centro, João Pessoa-PB. Fone: 98845-6400, onde recebe intimações.

"PODERES: Ficam conferidos ao (s) outorgado (s) os poderes da cláusula "AD JUDICIA" e "EXTRA JUDICIA", com poderes especiais para praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do signatário apresentando requerimentos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, funcionando em ação Cível, Trabalhista, Previdenciária, Varas de Família, Juizados Especiais Estadual e Federal, Criminal, Queixa-Crime, ação de cobrança de DPVAT, onde o outorgante for autor ou réu, podendo peticionar em qualquer Instância ou Tribunal, conferindo, ainda, os poderes constante no artigo 105 do CPC em vigor, podendo, inclusive, acordar, confessar, transigir, desistir, dar e receber quitação, concordar e discordar de cálculos, com poderes específicos e especiais para receber Precatório ou RPV, junto a Justiça Federal e do Trabalho, levantar precatórios ou alvarás depositados em qualquer estabelecimento bancário, especialmente perante a Caixa Econômica Federal – C.E.F. e Banco do Brasil S/A, substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de poderes.

DO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Desse serviço à parte Outorgante pagará ao Outorgado a título de honorários advocatícios o percentual de 20% (vinte por cento), sobre o montante bruto que este receber sobre o valor da ação.

João Pessoa-PB, 30 de julho de 2019.

Karina dos Santos Silva

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

WANDENBERG DOS SANTOS SILVA,
BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUTÔNOMO,
PORTADOR DO CPF Nº 149.909.024 - 77, e
IDENTIDADE RG Nº 27.777.167-7 - RJ,
RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA AUTÔNOMO
WERNER GOMES DA SILVA S/N - BLOCO 17 - APTº 203 -
PARATIBE - JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.065-150

OUTORGADO: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO, brasileiro,
solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB, sob o nº 5.539, com endereço na
Av. Dom Pedro I, nº 178, Sala-101- centro, João Pessoa-PB. Fone: 98845-
6400, onde recebe intimações.

"PODERES: Ficam conferidos ao (s) outorgado (s) os poderes da cláusula "AD JUDICIA" e "EXTRA JUDICIA", com poderes especiais para praticar todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do signatário apresentando requerimentos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, funcionando em ação Cível, Trabalhista, Previdenciária, Varas de Família, Juizados Especiais Estadual e Federal, Criminal, Queixa-Crime, ação de cobrança de DPVAT, onde o outorgante for autor ou réu, podendo peticionar em qualquer Instância ou Tribunal, conferindo, ainda, os poderes constante no artigo 105 do CPC em vigor, podendo, inclusive, acordar, confessar, transigir, desistir, dar e receber quitação, concordar e discordar de cálculos, com poderes específicos e especiais para receber Precatório ou RPV, junto a Justiça Federal e do Trabalho, levantar precatórios ou alvarás depositados em qualquer estabelecimento bancário, especialmente perante a Caixa Econômica Federal - C.E.F. e Banco do Brasil S/A, substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de poderes.

DO CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:

Desse serviço à parte Outorgante pagará ao Outorgado a título de honorários advocatícios o percentual de 20% (vinte por cento), sobre o montante bruto que este receber sobre o valor da ação.

João Pessoa-PB, 30 de junho de 2019.

Wandenberg dos Santos Silva

DECLARAÇÃO

JUSTIÇA GRATUITA

Declaro, para fins de prova junto ao Poder Judiciário, e sob as penas da lei, que não disponho de condições de custear as custas processuais sem prejuízo de meu sustento e de minha respectiva família. Pelo que firmo a presente declaração dando plena autenticidade ao que ora se declara e assumindo plena responsabilidade pelas informações contidas, a fim de que me seja deferida a gratuidade judiciária de que trata a **Constituição da República e a Lei Nº 1.060/50.**

João Pessoa-PB, 30 de julho de 2019.


DECLARANTE

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

• Lei nº 1060, de 5.2.1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho. ([Vide Lei nº 13.105, de 2015](#)) ([Vigência](#))

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

DECLARAÇÃO

JUSTIÇA GRATUITA

Declaro, para fins de prova junto ao Poder Judiciário, e sob as penas da lei, que não disponho de condições de custear as custas processuais sem prejuízo de meu sustento e de minha respectiva família. Pelo que firmo a presente declaração dando plena autenticidade ao que ora se declara e assumindo plena responsabilidade pelas informações contidas, a fim de que me seja deferida a gratuidade judiciária de que trata a Constituição da República e a Lei Nº 1.060/50.

João Pessoa-PB, 30 de maio de 2019.

Rita Alice dos Santos
DECLARANTE

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

• Lei nº 1060, de 5.2.1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho. ([Vide Lei nº 13.105, de 2015](#)) ([Vigência](#))

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

DECLARAÇÃO

JUSTIÇA GRATUITA

Declaro, para fins de prova junto ao Poder Judiciário, e sob as penas da lei, que não disponho de condições de custear as custas processuais sem prejuízo de meu sustento e de minha respectiva família. Pelo que firmo a presente declaração dando plena autenticidade ao que ora se declara e assumindo plena responsabilidade pelas informações contidas, a fim de que me seja deferida a gratuidade judiciária de que trata a Constituição da República e a Lei Nº 1.060/50.

João Pessoa-PB, 30 de junho de 2019.

Wandenberg dos Santos Silva
DECLARANTE

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

• Lei nº 1060, de 5.2.1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho. [\(Vide Lei nº 13.105, de 2015\)](#) [\(Vigência\)](#)

Parágrafo único. - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 149

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Kalina dos Santos Silva

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
099.005.144-75

Nome
KALINA DOS SANTOS SILVA

Nascimento
16/02/1993

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
KALINA DOS SANTOS SILVA

DATA DE NASCIMENTO 16/02/1993

Nº INSCRIÇÃO 0417 5586 1236

D.V. 001

ZONA 0077

MUNICÍPIO / UF JOÃO PESSOA/PB

DATA DE EMISSÃO 23/05/2017

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.809.779

DATA DE EXPEDIÇÃO 13/11/2009

NOME KALINA DOS SANTOS SILVA

FILIAÇÃO MANOEL CARLOS MATIAS DA SILVA

NARZILDA CLAUDINO DOS SANTOS

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 16/02/1993

MARI-PB

DOC ORIGEM NASC.N.17165 PLS.173V LIV.A/18

CARTORIO MARI-PB

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 0206
Polegar Direito



Wandemberg dos Santos Silva
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 27.777.167-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/09/2012

NOME
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

FILIAÇÃO
MANOEL CARLOS MATIAS DA SILVA

NARZILDA GALDINO DOS SANTOS

NATURALIDADE
PARAÍBA

DATA DE NASCIMENTO
01/11/1991

DIG. ORIGEM
C. NASC LIV A-18 FLS 173-V TERM 17.184

MARI PB

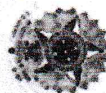
CPF
014 2 Via

Wandemberg dos Santos Silva
FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PROFESSOR DE DIREITO DA
UNIRB. 26/007.316-7

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
149.909.027-77

Nome
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Nascimento
01/11/1991

CÓDIGO DE CONTROLE

9709.5529.0103.C946



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 13:32:03 do dia 31/07/2019 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

DATA DE NASCIMENTO 01/11/1991 Nº INSCRIÇÃO 0399 1703 1279 D.V. 004 SEÇÃO 0153

MUNICÍPIO / UF MARI/PB DATA DE EMISSÃO 26/06/2017

JUIZ ELEITORAL

Wandemberg dos Santos Silva
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Wandemberg dos Santos Silva
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Certidão de Óbito

NOME:

*** NARZILDA GALDINO DOS SANTOS ***

MATRÍCULA:

072249 01 55 2016 4 00109 361 0044678 49

SEXO Feminino	COR Branca	ESTADO CIVIL E IDADE Solteira, 43 anos
NATURALIDADE GUARABIRA, Paraíba	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF/MF Nº 918.454.674-34, RG 1989711 SSP/PB	ELEITOR Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de JOSÉ GALDINO DOS SANTOS e de ADALGIZA MARIA DA CONCEIÇÃO. Residência da falecida: RUA GETÚLIO VARGAS nº 449, DISTRITO VERMELO, MARI, Paraíba

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Trinta e um de julho de dois mil e dezesseis, às 5h20min.

DIA

31

MÊS

07

ANO

2016

LOCAL DE FALECIMENTO

NO HOSPITAL DE EMREG E TRAUMAS H LUCENA - NESTA CAPITAL, CONFORME D O 24498624-0

CAUSA DA MORTE

HEMORRAGIA MENINGO ENCEFÁLICA, EDEMA CEREBRAL DIFUSO, FRATURA DA BASE DO CRÂNIO, TRAUMATISMO CRÂNIO - ENCEFÁLICO, ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MORTE POR ACIDENTE DE MOTOCICLETA)

SEPULTAMENTO - CREMAÇÃO

CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MARI - PB

DECLARANTE

JORGE EDUARDO NOBRE DE FREITAS LINS, RG Nº 282917 SSP PB, CPF/MF Nº 160.608.144-68, profissão APOSENTADO, estado civil casado, residente AV EPITACIO PESSOA, 2981/04 - TAMBAUZINHO - NESTA

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MEDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

DRa MARIA ELISABETE PAES DA SILVA, CRM 3306

OBSERVAÇÕES - AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro C-109, às folhas 361 sob o nº 44678. Data do registro: 10 de agosto de 2016. Data de nascimento da falecida: 15 de dezembro de 1972. A FALECIDA ERA DOMÉSTICA, SOLTEIRA, DEIXOU TRÊS FILHOS, DE NOMES: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS E WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA, NÃO DEIXOU BENS E ERA ELEITORA. LIDO, CONFERIDO E ASSINADO PELO DECLARANTE

Nome do Ofício

Serviço Registral Marques Costa - 11º Ofício

Oficial Registrador

Cláudia Cristina Lima Marques

Município/UF

João Pessoa-PB

Endereço

Av. Cruz das Armas, 3142, Sl. 02, Ed. Planalto Center,

Func. 1, CEP: 58087-000 - Telefax: (83) 3233-5600

E-mail: cartoriomarquescosta@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé
João Pessoa-PB, 10 de agosto de 2016.



Selo digital AAO89586-5E60

Consulte a autenticidade em

<https://selo.digital.mp.br/portal> ou no PORTAL NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 159797 B

DOCUMENTO ORIGINAL

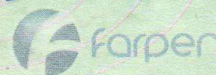


CARTÓRIO MARQUES COSTA

11º Ofício

Jucélia X. Santos

ESCRIVENTE



ANTONIO WERNI GOME DA SILVA
RUA RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS, S/N, BL 17 AP 203 - PARATIBE
JOAO PESSOA / PB CEP: 58065190 (A.G. 5)



Ligação: MONOFÁSICO
Cis/Sbc: RES MTC 81 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 18 - 5 - 623 - 2690
Medidor: 0000895173
Referência: Jun/2019
Emissão: 28/06/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 08.065.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 027.267.794
Cód. para Deb. Automático: 00007682024

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jun / 2019	28/06/2019	29/07/2019	104.168.864-42 Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/768202-4

Canal de contato

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em
saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 29/05/19	Leitura 2354	Data 28/06/19	Leitura 2758	1
				74
				30

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/	Valor Base Calc.	Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc.	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
0601	Consumo em kWh	74,000	0,829810	61,39	61,39	25	15,34	61,39	0,68
0601	Adic. B. Amarela			0,08	0,08	25	0,02	0,08	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0607	CONTRIB SERV. ILUM. PÚBLICA			2,46	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	TOTAL	63,93	61,47	15,36	61,47	0,68	3,07
--------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Tarifa(s) Tributos: 0,571770

Média últimos meses (kWh) 58

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/07/2019

R\$ 63,93

Histórico de Consumo (kWh)

68	4	32	59	70	86	64	29	37	55	84	78
Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19

RESERVADO AO FISCO

1441.52e2.1b90.7937.9f10.9d52.0b58.4530.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,19	0,00
DIC TRIMESTRAL	0,38	
DIC ANUAL	20,77	
FIC MENSAL	3,20	0,00
FIC TRIMESTRAL	6,60	
FIC ANUAL	3,20	
DMIC	2,54	0,00
DICR	2,52	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	15,03	23,51
Compra de Energia	21,45	33,55
Serviço de Transmissão	2,34	3,66
Encargos Setoriais	3,56	5,57
Impostos Diretos e Encargos	21,55	33,71
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	63,93	100,00

ATENÇÃO

- Além das faturas em atraso acima, existe(m) 48 fatura(s) no montante de R\$ 1695,44 relativa(s) a período(s) anterior(es).
- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) ao lado continue(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 13/07/2019. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, desconsidere esta mensagem.
- ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
- Leitura confirmada

Faturas em atraso

Mai/19	67,82
Abr/19	72,47
Mar/19	47,39
Fev/19	30,46
Jan/19	24,88
Dez/18	55,23
Nov/18	74,76
Out/18	62,88



PARAIBA

Roteiro: 18 - 5 - 623 - 2690
Matrícula: 768202-2019-06-9

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/07/2019

R\$ 63,93

83640000000-3 63930149000-4 07682022019-2 06900005019-0



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA JOÃO PESSOA-PB.

PROCESSO Nº 0806564-12.2019.8.15.2003

KALINA DOS SANTOS SILVA E OUTROS, via de seu advogado in fine
assinado, que move ação contra SEGURADORA LIDER, por motivo do SITE não aceitar mais de cinco
documentos compactados, razão pela qual tivemos que descompactar.

Segue documentação anexa.

Nestes termos

P.deferimento.

João Pessoa, 31 de

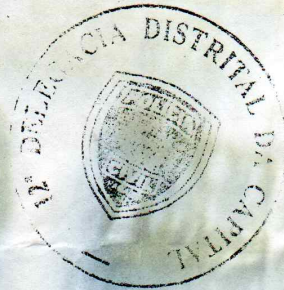
julho de 2019.

Alekson A. Monteiro

OAB/PB 5.539



POLÍCIA CIVIL DA PARAÍBA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
PRIMEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
PRIMEIRA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DÉCIMA SEGUNDA DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL



REQUISIÇÃO DE EXAME CADAVERICO

Requisição n.º 617/2016

João Pessoa - PB, 31 de julho de 2016.

Senhor (a) Gerente Executivo (a),

Requisito a V.S.^a, seguindo o prazo legal (art. 160, § único do CPP, alterado pela lei 8.862/94), a realização do competente Exame Cadavérico no corpo abaixo discriminado, devendo ser respondidos os quesitos oficiais e remetido para a Delegacia de Polícia Civil de Mari/PB.

I – DADOS DO EXAMINADO:

NAZILDA GALDINO DOS SANTOS, alcunhado de NAZILDA, filho de Jose Galdino dos Santos e Adalgiza Maria da Conceição, com 43 anos de idade, nascido aos 15-12-1972, natural de Guarabira/PB, brasileiro, solteiro, alfabetizado, do lar, residente a Rua Getulio Vargas, 449, bairro Vermelho, cidade de Mari/PB, RG. 1898711, CPF. não informado.

II – DADOS DA OCORRÊNCIA

Local do fato: 31 de julho de 2016; 05:20hs; Hospital de Emergência e Traumas, João Pessoa - PB.

Resumo da Ocorrência: A examinada foi vítima e acidente de trânsito na cidade de Mari/PB, fato ocorrido no dia vinte e sete do corrente mês e ano, foi socorrida para o Hospital de Emergência e Traumas Senador Humberto Lucena, onde faleceu na manhã de hoje.

Contato para maiores informações: Rita Alice dos Santos, telefone 83-98693-8229. (filha da examinada)

Atenciosamente,


ANDREA MELO DE LIMA
Delegado(a) de Polícia

Ao Sr.

Gerente Executivo(a) de Medicina e Odontologia Legal
João Pessoa/PB.



Guia de Remoção de Cadáveres

HEETSHI

ENCAMINHAMENTO

DATA DO ÓBITO

(☒) IML () SVO HORA: 5:20

DATA: 31/07/16

I-Unidade Hospitalar: Hosp. de Emergência e Trauma de João Pessoa

Registro: BE 936350

Endereço: Av. Orestes Barbosa s/n Yd. Pedro Bandeira

II-Identificação do Cadáver

Nome: NARZILDA GALDINO DOS SANTOS Idade Provável: 43 anos

Sexo: F Cor: Cor dos Cabelos: Ocupação:

Gestante: () Sim (☒) Não () IGN Sinais Particulares:

Tatuagens: () Local:

Residência: R. Petrólio Vargas s/n Bairro Vermelho Apto:

Município: Muni. - PB

Preencher para óbito fetal e de menores de um ano:

Nome do Pai:

Nome da Mãe:

Pai Ocupação Habitual:

Mãe Ocupação Habitual:

Pai Grau Instrução: () Nenhuma () Fundamental () 2º Grau () Superior () IGN

Mãe Grau Instrução: () Nenhuma () Fundamental () 2º Grau () Superior () IGN

N de Filhos: Nascidos Vivos Nascidos Mortos Total:

Duração da Gestação em Semanas: () Menores de 20 () de 20 a 27 () de 28 ou Mais () Ignorado

Gravidez: () Única () Dupla () Tríplex () Mais de 03 () IGN

Parto: () Espontâneo () Operatório () Fórceps () IGN

Morte (em relação ao parto): () Antes () Durante () Depois () IGN

Para menores de 28 dias ou óbito: Peso ao nascer: g () IGN

III-Local de Ocorrência do Óbito

() Residência () Via Pública (☒) Hospital () Trabalho () Outros () Ignorado

Endereço: VILA ACIMA

IV-Circunstâncias em que Ocorreu a Morte: 1 () Morte Natural 1.1 () Agônica 1.2 () Súbita

2 (☒) Morte Violenta 2.1 () Homicídio 2.3.1 (☒) Trânsito () Passageiro () Capotamento

2.2 () Suicídio () Pedestre (atropelamento) () Colisão

2.3 (☒) Acidente (☒) Outros () ING



Guia de Remoção de Cadáveres

HEETSHL

2.3.2 () Trabalho 2.3.3 () Em domicílio 2.3.4 (☒) Outros 2.3.5 () Outros

Condições, Agente ou Fonte da Morte Violenta

Tipo /Instrumento: () Arma de Fogo () Arma Branca () Enforcamento () Afogamento
() Queimaduras () Choque Elétrico () Espancamento () Queda de Nível

Uso de Droga. Qual _____ Outros. Qual _____

Modo: () Agressão Física () Assalto () Ação Policial () Agressão Sexual

Outros. Qual _____ () Ignorado

V-Informações do Serviço Médico

() Chegou sem vida ao serviço () Faleceu ao receber os primeiros socorros

(☒) Faleceu durante do Internamento: 4 Dias

Faleceu no: () Pré Operatório () Trans-Operatório () Pós Operatório

Quadro Apresentado ao chegar no hospital: fratura 9

Lesões apresentadas em regiões do corpo: _____

O projétil foi retirado durante o ato cirúrgico () Sim () Não

Síntese da história clínica:

Acidente motociclístico com TCE

Atendimento realizado no hospital:

(☒) Clínico, Medicação utilizada: uphase, clonazepam, fentanil

() Cirúrgica, tipo de cirurgia: _____

Retirada de corpo estranho: () Sim () Não (se retirado enviar ao IML)

Exames complementares de relevância:

+ C. mening. m. l. cerebel +
meningeoencefalo - contusões cerebraisHipóteses Diagnósticas formuladas: TCE

Outras informações que julgar necessário: _____

Exames complementares de relevância: _____

João Pessoa

31.07.16Nome: Mauro de Freitas Freire Lima CRM-PB: _____



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE
CENTRAL DE TRANSPLANTE DA PARAÍBA



SECRETARIA DA SAÚDE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS PARA
TRANSPLANTE.

Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano – Lei 9.434 de 04/02/1997

DADOS DO DOADOR

Nome: Nazilda Goldino dos Santos
CPF: _____ Rg: 1989711- SSP/PB Dt. Nascimento: 15/12/1972
Estado Civil: Solteira Nome da mãe: Adalgiza Maria da Conceição
Causa da morte: hemorragia crânio encefálica por acidente de motocicleta
Sexo: Feminino Raça: Branca Local de internação: HCETSUL
Data da internação: 27/07/16 Data do óbito: 31/07/16 Hora do óbito: 05h20

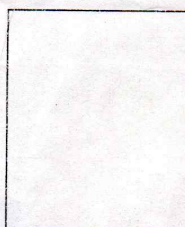
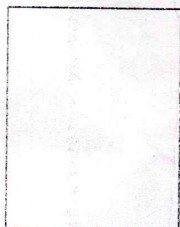
RESPONSÁVEL LEGAL

Nome: Kalina dos Santos Silva
CPF: 099005144-75 Rg: 3809779 SSP/PB
Grau de Parentesco: Filha Telefone(s): 996131312
Endereço: Rua Alvares Henriques Correia, nº: 224
Bairro: Valentina Figueiredo, Cidade: João Pessoa, Estado: PB
E-mail: _____

Eu, responsável legal, pelo doador, acima citado, **AUTORIZO** de livre e espontânea vontade a proceder a retirada dos seguintes órgãos e/ou tecidos: Córneas

_____ e _____

Local: João Pessoa, Data: 31/07/2016 Hora: 10h45



Polegar direito

Polegar direito

Kalina dos Santos Silva
Assinatura do responsável legal pelo cadáver

Assinatura do responsável legal pelo cadáver

1ª testemunha:

Nome: Lizelia Ferreira de Souza Pessoa
Parentesco: Mãe da família
Assinatura: [assinatura]
RG: 383784 - SSP/PB
Fone: 987086121

2ª testemunha:

Nome: Júlio Maurício Filho
Parentesco: Mãe da família
Assinatura: [assinatura]
RG: 116.788 - SSP/PB
Fone: 999810240

Funcionários da Central de Transplante:

Kléssia Marlene Gomes
Rita de Cássia Elias Calado

Central de Transplante da Paraíba
Ambulatório Benedita Targino Maranhão
Av. Rio Grande do Sul, s/n – Bairro dos Estados – João Pessoa/PB – CEP 58.030-020
Tel/Fax: (83) 3244.6192 – 3225.6409 – 9981.1085
e-mail: transplante@ymail.com
Site: <http://www.saude.pb.gov.br>

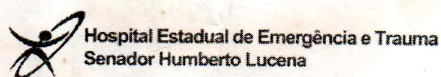
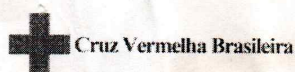
Elaboração:
Dr.ª Myriam Carneiro de França
COREN: 61.991 - PB

3ª Via: DMIL

2ª Via: Família

1ª Via: Central

31/07/2016



RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - CNES: 1112223 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 936320



Identificação do paciente						
ID 1063257	Nome NARZILDA GALDINO DOS SANTOS			Sexo Feminino		
Data de nascimento 15/12/1972	Idade 43 anos 7 meses 16 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião NAO INFORMADA	Prontuário 96618		
Mãe ADALGIZA MARIA DA CONCEICAO	Pai JOSE GALDINO DOS SANTOS					
Escolaridade	Responsável (Parentesco) - ACOMPANHANTE					
DDD Móvel 83	Fone Móvel 99292778	DDD Fixo 83	Fone Fixo 993024980			
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 1898711	Nº Cns				
Local de procedência MARI	Tipo MUNICIPIO		UF PB			
Email	Naturalidade GUARABIRA	CBO/R				
Endereço						
CEP 58345000	Município de residência MARI	UF PB	Logradouro GETULIO VARGAS			
Número SN	Complemento	Bairro VERMELHO				
Admissão						
Data e Hora 27/07/2016 11:08:25	Número da pulseira 1000005639327	Convênio SUS				
Especialidade CLINICA GERAL	Clínica CLINICA TRAUMA E GERAL					
Classificação de risco	Origem do paciente RUA					
Caráter de atendimento OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRANSITO	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente MOTO X ANIMAL				
Indicadores e Transporte						
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Sim	Trauma Não			
Meio de transporte SAMU	Quem transportou SAMU					
Sinais Vitais						
PA _____ x _____ mmHg	Pulso	Temperatura				
Exames complementares						
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						CID
Atendido por LARISSA LIDIA SANTOS DE FRANCA						Tempo 03min 42seg

Imprimir



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS,
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, necessária para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018, bem como, documentos que comprovem a hipossuficiência alegada (contracheque, declaração de imposto de renda, e t c)

João Pessoa/PB, 6 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS,
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, necessária para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018, bem como, documentos que comprovem a hipossuficiência alegada (contracheque, declaração de imposto de renda, e t c)

João Pessoa/PB, 6 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Nos termos do art. 485, §1º, do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora (por carta) e de seu advogado para, em 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Nos termos do art. 485, §1º, do CPC, determino a intimação pessoal da parte autora (por carta) e de seu advogado para, em 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**



Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

**Nome: WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA
Endereço: R ANTONIO WERNI GOMES DA SILVA, BLOCO 17 APTº 203, VALENTINA
DE FIGUEIREDO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58065-150**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333; e-mail: jpa.1varamangabeira@tjpb.jus.br

.....dobre aqui

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO AUTOR(A)

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, em 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

João Pessoa, 14 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO
Técnico Judiciário

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**



Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Nome: KALINA DOS SANTOS SILVA

**Endereço: R ANTONIO WERNI GOMES DA SILVA, BLOCO 17 APTº 203, PARATI,
JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58065-150**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333; e-mail: jpa.1varamangabeira@tjpb.jus.br

.....dobre aqui

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO AUTOR(A)

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, em 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

João Pessoa, 14 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO
Técnico Judiciário

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**



Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO: RITA ALICE DOS SANTOS
Endereço: R RAFAEL ANTÔNIO DOS SANTOS, apartamento, VALENTINA DE
FIGUEIREDO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58065-150

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333; e-mail: jpa.1varamangabeira@tjpb.jus.br

.....dobre aqui

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO AUTOR(A)

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica Vossa Senhoria INTIMADA para, nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, em 05 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

João Pessoa, 14 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO

Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS,
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO
Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS,
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO
Técnico Judiciário

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

Cole aqui	Correios	SIGEP	AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 9912283594
	DESTINATÁRIO: KALINA DOS SANTOS SILVA R. Antonio Werni Gomes da Silva, s/n Bloco 17 ap. 203 Paratibe 58063760 João Pessoa-PB		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º ____/____/____ : ____h 2º ____/____/____ : ____h 3º ____/____/____ : ____h	
	BO060481565BR 		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1 Mudou-se 2 Endereço Insuficiente 3 Não Existe o Número 4 Desconhecido 5 Recusado 6 Não Procurado 7 Ausente 8 Falecido 9 Outros	
	REMETENTE: 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Avenida Hilton Souto Maior, s/n Mangabeira VII 58055018 João Pessoa-PB		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA  RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  Jose Baradua Mat. 84780004	
OBSERVAÇÃO PROC. 0806564-12.2019.8.15.2003				
ASSINATURA DO RECEBEDOR			DATA DE ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR			Nº DOC. DE IDENTIDADE	

AO REMETENTE

Remetente: 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira
Avenida Hilton Souto Maior, s/n
Mangabeira VII
58055-018 João Pessoa-PB



Destinatário: Senhora KALINA DOS
SANTOS SILVA
R. Antonio Werni Gomes da Silvas, s/n
Bloco 17 ap. 203 Paratibe
58055-018 João Pessoa/PB



Data de Postagem
16/10/2019

AR

58.013-520
br

AO REMETENTE

BO060481565BR



Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

14/10/2019 17:24



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0806564-12.2019.8.15.2003

OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)


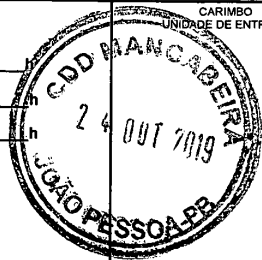


REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS,
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 29 de outubro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO
Técnico Judiciário

Cole aqui	 SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO		CONTRATO 9912283594	
	DESTINATÁRIO: WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA Rua Antonio Werni Gomes da Silva, s/n Bl. 17, ap. 203 Valentina de Figueiredo 58063760 João Pessoa-PB			TENTATIVAS DE ENTREGA: 1º / / 2º / / 3º / /		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 
	BO060481551BR 			MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: 1 Mudou-se 2 Endereço Insuficiente 3 Não Existe o Número 4 Desconhecido 5 Recusado 6 Não Procurado 7 Ausente 8 Falecido		
	REMETENTE: 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Avenida Hilton Souto Maior, s/n Mangabeira VII 58055018 João Pessoa-PB			RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  José Barreiros de L. Filho Matr. 84786683		
Cole aqui	OBSERVAÇÃO PROC. 0808564-12.2018.815.2003			DATA DE ENTREGA		
	ASSINATURA DO RECEBEDOR			Nº DOC. DE IDENTIDADE		
	NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR					

AO REMETENTE

Remetente: 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira
Avenida Hilton Souto Maior, s/n
Mangabeira VII
58055-018 João Pessoa-PB



Destinatário: Senhor WANDEMBERG
DOS SANTOS SILVA
Rua Antonio Werni Gomes da Silva, s/n
Bl. 17, ap. 203 Valentina de Figueiredo
58055-018 João Pessoa/PB



Data de Postagem
16/10/2019

AR

P: 58.013-520
us.br

BO060481551BR



Recebedor:

Assinatura:

Documento:

IAO REMETENT

14/10/2019 17:24

EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL
DE MANGABEIRA**

Processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003

RITA ALICE DOS SANTOS e **KALINA DOS SANTOS SILVA**, ambas já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, através do seu procurador, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **INFORMAR** o interesse na continuidade do feito, bem como **JUNTAR** a Guia de Custas.

Na mesma oportunidade, vem **REQUERER** que seja concedido a justiça gratuita, haja vista que ambas estão desempregadas, não tendo condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo ao sustento de suas famílias.

Ademais, **INFORMAR** o atual endereço do Senhor Wandemberg dos Santos Silva, para que ele seja intimado para se manifestar acerca do interesse em dar continuidade no feito em relação a sua pessoa, visto que este fora contatado, **INCLUSIVE** enviado procuração e declaração via WhatsApp, porém, este não enviou devidamente assinado.

Neste sentido, o endereço do referido autor é: **Rua Getúlio Vargas, 449, Vermelho, Marí/PB.**

Por fim, **REQUER** a habilitação do seu novo Patrono, o **Bel. Washington de Andrade Oliveira, OAB/PB 22.768**, conforme procuração e declaração em anexo, onde receberá todas as intimações e notificações, sob pena de nulidade.

Nestes termos,
Pede e espera Deferimento.

João Pessoa, 06 de janeiro de 2020.

**Washington de Andrade Oliveira
OAB/PB 22.768**

AV Dep. Odon Bezerra, 184, Emp. Dr. João Medeiros (Shopping Tambiá), Salas 343/344, Centro, João Pessoa-PB,
Tel./Fax: (83) 3214-4182.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RITA ALICE DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora do CPF 118.143.564-10 e RG 29.787-170-9 SSP/RJ, RESIDENTE A Rua Edmundo Filho, S/N, Bairro São José, João Pessoa/PB.

OUTORGADOS: WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA OAB/PB 22.768, brasileiro, devidamente inscrito residente e domiciliado nesta Capital, com escritório para receber citações, intimações e notificações no Empresarial Dr. João Medeiros, Rua Deputado Odon Bezerra, 184, Andar E3 - Salas 343/344 - Centro na Cidade de João Pessoa-PB, Fone (083) 3214-4182.

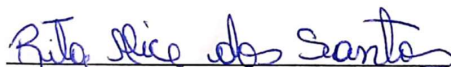
PODERES: Confere poderes amplos e ilimitados com a cláusula “ad judicia et extra” para representar o(a)s outorgante(s), judicial e extra judicialmente, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato, em favor do outorgante, como contestar, impugnar, recorrer, argüir suspensão e impedimento, embargar, solicitar certidão carcerária ou qualquer informação no sistema prisional do Estado da Paraíba, peticionar em qualquer grau de jurisdição, receber, concordar, dar quitação, substabelecer com ou sem reservas de poderes, transigir, desistir, renunciar, enfim, praticar todo e qualquer ato para fielmente cumprir este mandato.

João Pessoa, 03 de janeiro de 2020.


OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

Eu, **RITA ALICE DOS SANTOS**, brasileira, solteira, estudante, inscrita sob CPF 118.1743.564-10 e RG 29.787-170-9 SSP/RJ, residente a Rua Edmundo Filho, S/N, Bairro São José, João Pessoa/PB, venho através desta, declarar que o Bel. **WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA**, inscrito sob OAB/PB 22.768, será meu novo patrono, onde me representará no **processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003**, que tramita na Vara 1ª Vara Regional de Mangabeira, **SEM QUALQUER PREJUÍZO** aos demais advogados já devidamente qualificado nos autos dos processos mencionados.


DECLARANTE

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, brasileira, solteira, portadora do CPF 099.005.144-75 e RG 3.809.779-SSP/PB, residente a Rua Edmundo Filho, S/N, Bairro São José, João Pessoa/PB.

OUTORGADOS: WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA OAB/PB 22.768, brasileiro, devidamente inscritos residente e domiciliado nesta Capital, com escritório para receber citações, intimações e notificações no Empresarial Dr. João Medeiros, Rua Deputado Odon Bezerra, 184, Andar E3 - Salas 343/344 - Centro na Cidade de João Pessoa-PB, Fone (083) 3214-4182.

PODERES: Confere poderes amplos e ilimitados com a cláusula “ad judicium et extra” para representar o(a)s outorgante(s), judicial e extra judicialmente, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato, em favor do outorgante, como contestar, impugnar, recorrer, arguir suspensão e impedimento, embargar, solicitar certidão carcerária ou qualquer informação no sistema prisional do Estado da Paraíba, peticionar em qualquer grau de jurisdição, receber, concordar, dar quitação, substabelecer com ou sem reservas de poderes, transigir, desistir, renunciar, enfim, praticar todo e qualquer ato para fielmente cumprir este mandato.



João Pessoa, 03 de janeiro de 2020.



OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

Eu, **KALINA DOS SANTOS SILVA**, brasileira, solteira, estudante, inscrita sob CPF 099.005.144-75 e RG 3.809.779, residente a Rua Edmundo Filho, S/N, Bairro São José, João Pessoa/PB, venho através desta, declarar que o Bel. **WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA**, inscrito sob OAB/PB 22.768, será meu novo patrono, onde me representará no **processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003**, que tramita na Vara 1ª Vara Regional de Mangabeira, **SEM QUALQUER PREJUÍZO** aos demais advogados já devidamente qualificado nos autos dos processos mencionados.


DECLARANTE

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.9.20.00148/01
			Data de emissão: 06/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 02/01/2020
Número da guia: 200.2020.600148 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 Promovente: RITA ALICE DOS SANTOS, KALINA DOS SANTOS SILVA E - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.019,75
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000105 197509283184 520200102207 092000148012 			Valor final: R\$ 1.019,75

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.9.20.00148/01
			Data de emissão: 06/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 02/01/2020
Número da guia: 200.2020.600148 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Promovente: RITA ALICE DOS SANTOS, KALINA DOS SANTOS SILVA E Promovido: SEGURADORA LÍDER			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.019,75
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.019,75

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.9.20.00148/01
			Data de emissão: 06/01/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: ACAO POPULAR - CIVEL - 66	Data de vencimento: 02/01/2020
Número da guia: 200.2020.600148 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,92
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.018,40 Promovente: RITA ALICE DOS SANTOS, KALINA DOS SANTOS SILVA E - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.019,75
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000105 197509283184 520200102207 092000148012 			Valor final: R\$ 1.019,75



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.600148

Data Vencimento: 31/01/2020

Data Emissão: 06/01/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: ACAO POPULAR - CIVEL - 66

Promovente: RITA ALICE DOS SANTOS, KALINA DOS SANTOS SILVA E WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Promovido: SEGURADORA LÍDER

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.018,40

Taxa: R\$ 0,00

Total da Guia: R\$ 1.018,40

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.

EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL
DE MANGABEIRA**

Processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003

WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **INFORMAR** o interesse na continuidade do feito.

Ademais, **REQUERER** o deferimento da justiça gratuita, haja vista não ter condições de arcar com as custas do processo, sem causar prejuízo ao sustento da sua família, bem como habilitação do seu novo Patrono, este que receberá todas as intimações e notificações de estilo.

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa, 14 de janeiro de 2020.

Washington de Andrade Oliveira
OAB/PB 22.768

AV. Dep. Odon Bezerra, 184, Emp. Dr. João Medeiros (Shopping Tambiá), Salas 343/344, Centro, João
Pessoa-PB, Tel./Fax: (83) 3214-4182.

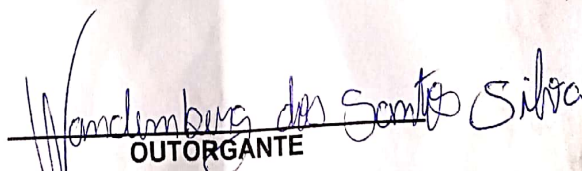
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito sob CPF149.909.027-77 e RG 27.777.167-1, residente na Rua Getúlio Vargas, 449, Vermelho, Marí/PB.

OUTORGADO: WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA OAB/PB 22.768, brasileiro, devidamente inscrito, residente e domiciliado nesta Capital, com escritório para receber citações, intimações e notificações no Empresarial Dr. João Medeiros, Rua Deputado Odon Bezerra, 184, Andar E3 - Salas 343/344 - Centro na Cidade de João Pessoa-PB, Fone (083) 3214-4182.

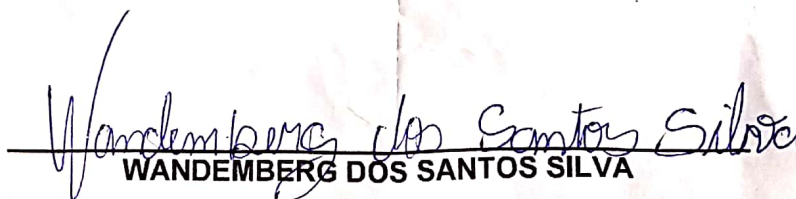
PODERES: Confere poderes amplos e ilimitados com a cláusula “*ad judícia et extra*” para representar o(a)s outorgante(s), judicial e extra judicialmente, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes ao bom desempenho deste mandato, em favor do outorgante, como contestar, impugnar, recorrer, arguir suspensão e impedimento, embargar, peticionar em qualquer grau de jurisdição, receber, concordar, dar quitação, substabelecer com ou sem reservas de poderes, transigir, desistir, renunciar, enfim, praticar todo e qualquer ato para fielmente cumprir este mandato, em especial no processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003, que tramita na 1ª Vara Regional de Mangabeira.

João Pessoa, 27 de dezembro de 2019


OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

Eu, **WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito sob CPF149.909.027-77 e RG 27.777.167-1, residente na Rua Getúlio Vargas, 449, Vermelho, Marí/PB., venho através desta, declarar que o Bel. **WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA**, inscrito sob OAB/PB 22.768, será meu novo patrono, onde me representará processo nº 0806564-12.2019.8.15.2003, que tramita na 1ª Vara Regional de Mangabeira, **haja vista a inércia do seu antigo patrono, no que tange, a não juntada da guia de custa, bem como não ter se manifestado acerca da continuidade do feito (processo).**


WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2016
Ocorrência nº. 386/2016

Aos VINTE E SEIS dias de OUTUBRO de DOIS MIL E DEZESSEIS, nesta cidade de MARI/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **FELIPE LUNA CASTELLAR**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevê(o) do seu cargo, ai, por volta 10h:29min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA, conhecido por BRANCO, Identidade nº 27.777.167-1-SSP/PB, CPF nº [redacted], nacionalidade brasileira, estado civil: solteiro, profissão: desempregado, filho(a) de Manoel Carlos Matias Da Silva E De Narzilda Galdino Dos Santos, natural de [redacted] /PB, nascido(a) em 01/11/1991 (24 anos de idade), do sexo MASCULINO, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Getulio Vargas, Nº 449, Bairro Vermelho, tendo como ponto de referência: [redacted], na cidade de MARI/PB, fone(s) para contato: 83 99917-8188.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 27 de julho de 2016;
- 3) HORÁRIO: 09h:0min;
- 4) LOCAL: RUA GETULIO VARGAS EM MARI/PB;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA EM JOÃO PESSOA/PB;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? SIM;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? NÃO;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VITIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO

6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:

MOTOCICLETA HONDA POP 100, PLACA QFC 5098/PB, CHASSI Nº 9C2HB0210ER030496, MOD/ANO 2014/2014, EM NOME DE NARZILDA GALDINO DOS SANTOS.

7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:

8) BREVE RESUMO DO FATO:

Que a genitora do comunicante NARZILDA GALDINO DOS SANTOS, foi vítima de acidente automobilístico na data e horário acima referido; Que a vítima foi socorrida para o hospital e Traumas em João Pessoa/PB, onde veio a falecer em 31/07/2016; Que a vítima conduzia sua motocicleta quando um cachorro atravessou a rua em sua frente e a desequilibrou e vindo a cair ao solo.

9) OBSERVAÇÕES:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevê(o) que digitei.

Wandemberg dos Santos Silva
WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA
Comunicante

[Assinatura]
Matrícula nº 157.339-0

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que os autores requereram os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, os autores informaram que estão desempregados e declararam não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27297953) é de R\$ 1.019,75 (um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que os autores requereram os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, os autores informaram que estão desempregados e declararam não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27297953) é de R\$ 1.019,75 (um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que os autores requereram os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, os autores informaram que estão desempregados e declararam não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27297953) é de R\$ 1.019,75 (um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que os autores requereram os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, os autores informaram que estão desempregados e declararam não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27297953) é de R\$ 1.019,75 (um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

PROCESSO NÚMERO - 0806564-12.2019.8.15.2003

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [ESPÉCIES DE CONTRATOS]

REQUERENTE: KALINA DOS SANTOS SILVA, RITA ALICE DOS SANTOS, WANDEMBERG DOS SANTOS SILVA

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

Advogado do(a) REQUERENTE: ALEKSON AZEVEDO MONTEIRO - PB5539

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que os autores requereram os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, os autores informaram que estão desempregados e declararam não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais (ID 27297953) é de R\$ 1.019,75 (um mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito